



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 23 de fevereiro de 2022 - Ata n.º 10.

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta minutos, **em ambiente misto, utilizando-se do Sistema de Deliberação Misto, instituído pela Resolução n.º 19, de 15/12/2020**, com discussão e votação mista em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Presidente **Ademar Traiano**, secretariado pelos Senhores Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de Deus*”, iniciou os trabalhos da **10.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Está dispensada a leitura da Ata, conforme Resolução n.º 19. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSB): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas e os que estão também no sistema remoto.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 337/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 7161/2021, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 170/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 7154/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 339/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 5286/2021, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 288/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 3551/2021, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 214/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 6434/2021, do Deputado Subtenente Everton; **Ofício n.º 387/2022** do Ministério do Desenvolvimento Regional, comunicando a liberação de recursos financeiros ao Estado do Paraná, referente ao cronograma de desembolso do convênio/cadastro SIAF.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, gostaria aqui, antes de lhe devolver a palavra, de dizer que hoje é mais uma noite histórica do nosso Clube Athletico Paranaense, o nosso Furacão. O Brasil inteiro no domingo assistiu a uma disputa entre os melhores clubes do Brasil, o Atlético Mineiro e o Flamengo, com a vitória do Atlético Mineiro, e hoje se inicia a decisão de poder de fato descobrir quem é o melhor da América, com o jogo do Clube Athletico Paranaense com a Sociedade Palmeiras. Será um jogo, na minha avaliação, muito bom, um jogo importante, o nosso Furacão está preparado e quero aqui, como sempre faço, dar o meu prognóstico, quero vaticinar que o Athletico terá uma vitória por dois gols, dois a zero para o nosso Furacão no jogo desta quarta-feira na Arena da Baixada. Vamos ser o melhor das Américas. Então, viva o nosso Furacão!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, vamos imediatamente ao Grande Expediente. Por



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

solicitação da Deputada Maria Victória, o dia de hoje será em homenagem ao Dia Estadual de Conscientização das Doenças Raras, na forma da Lei n.º 18.646, de 10 de dezembro de 2015, alterada pela Lei n.º 19.426, de 13 de março de 2018, com entrega de menção honrosa para algumas entidades que atendem a pessoas com doenças de síndromes raras. Agradecemos aqui a presença da Sr.ª Linda Franco, da Família Health Brasil e grupo Paraná de Doenças e Síndromes Raras; da Sr.ª Shirley Ordonio, do projeto Lazer, Inclusão e Acessibilidade, LIA, e Grupo Paraná de Doenças e Síndromes Raras; da Sr.ª Claudiane dos Santos, Diretora Executiva da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional; e da Roseline Torquato Domingos, Coordenadora do Laboratório de Serviços de Referência em Triagem Neonatal do Paraná na Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional. Também registramos as entidades que serão homenageadas e receberão a menção honrosa em outra oportunidade. Professora Daiane Kock, do projeto Lazer, Inclusão e Acessibilidade, LIA, e Grupo Paraná de Doenças e Síndromes Raras; Doutora Mara Lúcia Schmitz Santos, Coordenadora do Ambulatório de Doenças Raras do Hospital Pequeno Príncipe; e do Doutor Salmo Raskin, Diretor Executivo do Laboratório Genética e do Hospital Pequeno Príncipe. Sejam todos bem-vindos. Com certeza a homenagem é justa pelo brilhante trabalho que fazem no dia a dia das atividades em defesa das doenças raras. Para que possa fazer a saudação às nossas convidadas, concedo a palavra à Deputada Maria Victória.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra a Sr.ª Deputada Maria Vitória.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Bom dia, Sr. Presidente Traiano. Nossa 1.º Secretário, Romanelli. Cumprimento os Sr.^s e as Sr.^{as} Deputadas e Deputados aqui presentes. Cumprimento a imprensa, público que nos acompanha pela TV Assembleia e pelas redes sociais. Hoje subo a esta tribuna para falar sobre as doenças raras e também para prestar uma justa homenagem a profissionais que se destacam nesta causa no Paraná e no Brasil. Faço porque as doenças raras



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

são uma das minhas principais bandeiras nesta Casa desde o primeiro mandado, ainda em 2015. Naquele mesmo ano, apresentei os projetos que deram origem às Leis Estaduais 18.596 de 2015, que instituiu a Política de Doenças Raras no Paraná, e a Lei 18.646 de 2015, que instituiu o *Dia de Conscientização das Doenças Raras* e o *Fevereiro Lilás*. Costumamos comemorar anualmente com eventos, envolvendo a participação de profissionais de saúde e de representantes das diversas associações de portadores de doenças raras e seus familiares, mas pelo segundo ano consecutivo, por conta da pandemia, não pudemos nos reunir fisicamente, mas estamos fazendo e continuando esse trabalho que é tão importante. Nesse sentido, quero agradecer a todos aqueles que usaram a camisa, postaram em suas redes sociais. O Prefeito Rafael Greca, e em seu nome todos os Prefeitos do Estado do Paraná; os Chefes de Poder, como o próprio Traiano, que ilumina esta Casa; e os Chefes de Poderes que iluminam as suas casas na cor lilás em homenagem às doenças raras. Agradeço ao Presidente da Invest, o Bekin, o Gean Carlo, a Rafaela Lupion, que também postou, as *influencers*. Enfim, fico muito feliz com essa grande adesão, que só nos ajuda e fortalece a divulgação da importância das doenças raras e síndromes raras aqui no Estado do Paraná. Segundo a Organização Mundial de Saúde, é considerada rara quando a doença atinge 65 em cada 100 mil pessoas. Mas se cada doença pode atingir um número reduzido de indivíduos, por outro lado, a soma de todas elas reflete em uma parcela expressiva da população, algo próximo de 8% da população mundial. Aproximadamente 13 milhões de raros temos aqui. Em todo o mundo, existem de 5 mil a 8 mil doenças raras, em geral crônicas e progressivas. Alguns exemplos são a hemofilia, que prejudica a coagulação do sangue; a acromegalia, aumento anormal das extremidades do corpo; a retinoblastoma, câncer ocular, que ganhou notoriedade por ter sido diagnosticado na pequena Lua, filinha de um ano e três meses do apresentador Tiago Leifert e da jornalista Daiane, eles inclusive fizeram postagens e divulgaram bastante, no intuito de ajudar outras famílias a reconhecer de forma rápida para contribuir no diagnóstico



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

precoce de seus filhos. No Brasil, o Ministério da Saúde estima, como disse, 13 milhões de brasileiros com alguma patologia. Aqui no Paraná são mais de 700 mil pessoas com algum tipo de doença rara, e aparentemente tem aumentado nos últimos anos. Um estudo feito por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pelo Instituto Nacional de Genética Médica e Populacional aponta um aumento de 100% de doenças raras em quatro anos. Foi um mapeamento feito em quase 150 municípios do Brasil, o que aumenta ainda mais a importância do diagnóstico precoce. Quando o tratamento é iniciado rapidamente há uma evolução mais favorável e maior qualidade de vida às pessoas. Por isso, lá atrás, inclusive agradeço aqui, Mucellini, porque se não fosse você, acho que não teríamos ido atrás de R\$ 1 milhão e 200 mil que conseguimos junto ao Governo do Estado para a ampliação da triagem neonatal, de cinco para onze diagnósticos diferentes, em Curitiba e Região Metropolitana chegamos a 51. E esse é o nosso grande sonho, ampliar para todo o Estado do Paraná o teste do pezinho ampliado. Com certeza essa iniciativa, que ainda está pendente, fará grande diferença no diagnóstico precoce e na cura das nossas crianças. Setenta e cinco por cento dos casos das doenças raras se manifestam na infância, 80% delas são de natureza genética, além disso, em 30% das situações, os pacientes vêm a óbito antes dos cinco anos de idade, na maioria das vezes sem diagnóstico. Em média, os pacientes demoram cerca de quatro anos para ter um diagnóstico conclusivo e chegam a passar por mais de dez médicos antes de receber o resultado final. Inclusive levanto essa bandeira desde o início porque tenho na minha família, a minha tia, Maria Edwiges, casou com o Doutor Paulo Carneiro, e tiveram duas crianças com uma doença rara, uma doença degenerativa. Hoje era para eles estarem já com 40 e 43 anos, e vieram a óbito, o Paulinho aos 4 anos e a Naiara uma semana depois do Paulinho, com dois anos e meio. Até hoje não se sabe, não tem diagnóstico, e naquela época não se tinha a tecnologia que temos hoje. E fui conhecendo pessoas e famílias passando por essa situação e resolvi de fato abraçar essa causa. Um dos nossos homenageados de hoje, Doutor Salmo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Raskin, que não pode estar aqui presente, é um geneticista brilhante, um gênio da genética aqui no Paraná, referência no Brasil. E confesso a vocês que por conta do histórico familiar, antes do casamento com o Doutor Diego Campos, meu marido, fizemos o teste genético, fomos atrás pela importância que tem. E tive a grande oportunidade de no ano passado, em outubro, visitar a Sociedade de Doenças Raras dos Emirados Árabes, e lá, eles sabendo da nossa atuação aqui no Paraná, presentearam-nos com essa linda homenagem, e estamos fazendo inclusive trocas de informações. Em alguns pontos aqui, acreditem ou não, estamos mais avançados que eles, mas lá eles fazem gratuitamente e, aliás, é obrigatório o teste genético antes de qualquer casamento. Dos moradores de Dubai, o sheik para pelo teste genético, só depois do cruzamento genético é que se pode efetuar o matrimônio. É claro que a população lá é muito menor do que a nossa, mas em casos de casamento entre familiares, em casos de histórico familiar na família, deveria ser, sim, pago pelo poder público o teste genético prioritário ao matrimônio, isso evitaria, com certeza, daqui para frente, um grande número de casos de doenças raras aparecendo. Graças a essa atuação também à frente das doenças raras, começamos em uma parceria do Governo do Estado, então Governadora Cida Borghetti, Deputado Federal Ricardo Barros estava Ministro da Saúde, Prefeito Ulisses Maia e também a Doutora Deisi Kusztra, por meio da Organização Mundial da Família, angariamos os recursos necessários para fazer o Hospital da Criança de Maringá. Um hospital referência, que está pronto, equipado, que deve começar a funcionar ainda este ano. E a ideia junto ao então Reitor da Universidade Estadual de Maringá, fizemos uma parceria para nesse hospital fazer um centro de diagnóstico de doenças raras, que pode também contribuir... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Som para a Deputada.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): ... nos avanços desta causa tão importante. É um hospital com 164 leitos, um hospital com mais de 20 especialidades médicas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

de pediatria, e que vai evitar, Linda e Shirley, vocês sabem disso, muitas famílias de terem que se deslocar para a capital ou para outros estados em busca do tratamento, em busca do diagnóstico de seus filhos, e isso causa, obviamente, uma desestruturação familiar a separação da família em um momento tão importante e delicado da vida das pessoas. Então, eu e o Deputado Alexandre Curi, que é um Deputado muito atuante e competente, aderiu também à nossa causa, fez questão e pediu para assinar em conjunto estas homenagens, e justas homenagens a vocês que estão aqui no dia de hoje. Começo pela Linda Franco, fundadora da Família ALD Brasil, Grupo de Apoio a Portadores e familiares de adrenoleucodistrofia e integrante do GPRDR, o Grupo Paraná de Doenças e Síndromes Raras. E a Linda não foi e não é só mãe do Gabriel, mas de tantas crianças desse Paraná e do Brasil que contaram e contam com o seu trabalho, Linda, com a sua atuação e com a sua disposição de continuar, apesar de tudo, firme e forte para ajudar as mães, as crianças e as famílias que tanto precisam. Parabéns pela sua dedicação e pelo seu trabalho, é por isso a nossa homenagem, essa honraria da Assembleia Legislativa a você no dia de hoje. Da mesma forma, Shirley, Shirley Ordonio, do Projeto LIA, também pertence ao Grupo Paraná de Doenças e Síndromes Raras e da mesma forma é uma mãe zona, mãe de tantos paranaenses que precisam de você e do seu trabalho. Parabéns pela incansável atuação à frente das doenças raras. A professora e pesquisadora Daiane Kock, aqui representada pela Shirley, também é do Projeto LIA e do Grupo Paraná de Doenças e Síndromes Raras. A Mucellini que já falei aqui, tenho um carinho muito especial por você e por todo o trabalho que fizemos juntos na Fepe, por todo o conhecimento que você dividiu para que pudéssemos avançar em políticas públicas de qualidade para chegar onde estamos hoje e tenho certeza de que ainda vamos avançar muito. A neurologista pediatra, Doutora Mara Lucia Schmitz, Coordenadora do Ambulatório de Doenças Raras do Hospital Pequeno Príncipe, e quem tem raro sabe e conhece a Doutora Mara, que não tem hora e que está na busca incansável de conhecimento no mundo inteiro, dos melhores cursos, para



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

ajudar no diagnóstico e no tratamento dos raros que estão sendo tratados no Pequeno Príncipe e em outros hospitais também. Doutor Salmo Raskin, como já disse aqui, Presidente do Departamento Científico da Genética da Sociedade Brasileira e Pediatria e CEO do Laboratório Genético. É uma espécie de gênio da genética que temos a sorte de ter aqui no Estado do Paraná e que tanto contribui para as crianças e as famílias. Estamos homenageando também o próprio Hospital Pequeno Príncipe em nome da Ety e do José Álvaro Carneiro, uma das 17 instituições habilitadas e especializadas no tratamento de doenças raras no Brasil, que até 2020 realizou mais de 2.600 consultas nessa área, com quase mil pacientes atendidos. O trabalho realizado por todos eles nos inspira a continuar lutando para conscientizar a população e o poder público sobre as doenças raras, em busca de iniciativas, recursos, ferramentas que ampliem o diagnóstico preciso e precoce, de forma a orientar os pacientes e seus familiares em relação aos tratamentos disponíveis para uma evolução favorável e com qualidade de vida. Agradeço de forma muito carinhosa a presença de todos vocês, à atenção dos Sr.^s e Sr.^{as} Deputados, da Mesa Diretora, que sempre desde 2015 aderiu e levantou essa bandeira conosco e de todo o ceremonial que se empenhou para que esta manhã fosse possível, e o meu agradecimento, a minha gratidão, ao trabalho de vocês. Recebam essa justa homenagem em nome da Assembleia Legislativa do Paraná. Muito obrigada pela atenção de todos. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Suspendo a sessão por alguns instantes, para que possamos fazer a entrega das menções honrosas às nossas convidadas.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Está reaberta a Sessão. Anuncio o primeiro orador, no horário do PSDB, Deputado Michele Caputo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Michele Caputo; Soldado Fruet; Galo; e Mabel Canto.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Bom dia, Presidente Traiano, Deputados e Deputadas. Uso o Pequeno Expediente dessa Sessão, para falar sobre duas coisas extremamente importantes, mas, incialmente, quero me somar às homenagens justíssimas feitas pela Deputada Maria Victória, em consonância de toda esta Casa de Leis, a essas mulheres, homens também, mas principalmente a essas mulheres que foram homenageadas. Com relação a isso também, deve ter uma votação hoje no STJ, que espero que não cometa o erro de aprovar um relato que obrigaría aos planos de saúde atender, só estritamente, ao que é definido em uma lista da AMS. Não sou contra a saúde suplementar, pelo contrário, acho que é um mercado a ser utilizado, mas não pode toda vez você tem uma terapia diferente, com um custo mais elevado de exame ou de qualquer coisa que o valha, ficar jogando isso para o sistema, o SUS. Recebi da minha vizinha que é viúva, que tem um filho com Down, que as terapias estão melhorando muito o desenvolvimento do Rafael. E se uma coisa dessa passa, daqui a pouco, esses anos e anos que foram pagos desse plano, vai ter uma restrição muito grande de acesso. Parece que querem ficar fazendo só consultação. Sou a favor da saúde suplementar, sou defensor do SUS, mas cada um tem que cumprir com aquilo que lhe compete. Espero, que o Superior Tribunal de Justiça não aprove o relato que foi organizado, a votação deve ser hoje – se não sofrer aquelas postergações – e que dê às pessoas e às famílias, que com muita dificuldade pagam os seus planos mensalmente, a condição de terem acesso a terapias e exames, uma série de procedimentos, porque senão fica muito difícil entender qual é de fato o propósito desse tipo de plano, aqui neste País. Outra questão, é mais uma situação inadmissível. Recebi de vários farmacêuticos e farmacêuticas, proprietários de pequenas farmácias, que o Governo Federal, por meio do Fundo Nacional de Saúde, não paga as farmácias credenciadas que têm o Programa Farmácia Popular, desde dezembro. Já passou



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

dezembro, já passou janeiro, daqui a pouco passa fevereiro e, ao você entrar no site – tenho aqui –, ao você entrar no site do Fundo Nacional de Saúde, eles dizem o seguinte: “Esclarecemos, ainda, que não há como estabelecer datas para o recebimento, pois há as tramitações envolvidas no processo, requerendo validações e assinaturas, que já estão ocorrendo.” Quer dizer, é final de fevereiro, não sabem estipular datas porque estão atrás de assinaturas, porque tem um processo de coisa que existe há década, que é o programa, de coisas que são previsíveis que deveriam estar no planejamento. As pequenas farmácias – se as grandes farmácias, as grandes redes, podem aguentar três meses de atraso de pagamento, elas podem –, as pequenas farmácias que são o maior volume de farmácias neste Estado, muitas delas, de colegas meus proprietários e responsáveis técnicos, farmacêuticos e farmacêuticas, não podem esperar esse descaso. Estou fazendo um requerimento e peço apoio, Presidente, para que enviamos ao Fundo Nacional de Saúde uma posição desta Casa, pedindo o pagamento imediato. Não tem o que justifique um atraso de três meses no pagamento de um programa que já tem década, no pagamento de coisas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Michele, por favor, para concluir.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Não é uma despesa extra. Mais uma vez a burocracia, a incompetência, a insensibilidade e a falta de planejamento comprometem o povo brasileiro, comprometem as famílias deste País e comprometem o farmacêutico, que está lá com muito sacrifício tocando a sua farmácia. Um abraço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Soldado Fruet.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados e todos que nos acompanham, bom dia. Senhor Presidente, fevereiro está chegando ao fim e como todo final de mês, no começo do ano, as contas começam a chegar e são sentidas principalmente pelas famílias mais pobres. Senhor Presidente, água, luz, IPVA e transporte são contas que pesam por demais na vida das pessoas. Por isso, venho novamente pedir que o Governo olhe para os mais pobres. O IPVA poderia ser reduzido pelo índice antigo de 2,5%, já era assim e não havia motivo para ter aumentado. Quero deixar bem claro aqui que o aumento foi na gestão de Beto Richa, mas o Ratinho tem o poder, sim, para diminuir isso. O transporte poderia ter o seu custo reduzido se o Estado baixasse o ICMS do combustível, que é altíssimo e todos sabem disso. Já o transporte coletivo poderia ser reduzido, se a isenção do ICMS do óleo *diesel* voltasse como era no passado recente. Estamos protocolando, inclusive, hoje, um requerimento pedindo essa isenção ao Governador, que beneficiaria milhões de paranaenses, que utilizam o transporte público em todo o Estado, o que seria sentido baixando o preço da passagem. Já a água e a luz podem, sim, ter suas tarifas reduzidas. Nada justifica empresas, cuja função é social, preocuparem-se mais com os lucros dos acionistas do que com o bem-estar da população. Aliás, nessa esteira, quero me referir à fala do Secretário Renê, nesta Casa, na data de ontem. Questionado pelo nobre Deputado Tadeu Veneri, sobre as distribuições dos dividendos da Copel e da Sanepar, o Secretário justificou que as empresas distribuem o dobro do mínimo legal, do mínimo legal, ou seja, 50% do lucro aos seus acionistas, porque estão saudáveis financeiramente. Que bobagem é essa? A Copel tem uma dívida de R\$ 10 bilhões e 450 milhões. A Sanepar até o final do ano passado devia R\$ 2 bilhões e 900 milhões e, neste ano, já emitiu 600 milhões em debêntures, ou seja, no ano passado lucrou um bilhão, deu o dinheiro todo para os acionistas e, agora, corre ao mercado financeiro para emprestar 600 milhões, a juros altos. Que tipo de administração é essa, Sr. Presidente? Pega-se o lucro, doa aos bancos e, depois, vou aos bancos, peço esse mesmo dinheiro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

emprestado a juros altíssimos. Esse negócio só é bom para uma classe brasileira, os bilionários. Secretário Renê, a Copel e a Sanepar são saudáveis, financeiramente, pelo seu porte, pelo seu faturamento e quase pelo seu monopólio, mas elas deveriam reduzir os repasses e dividendos ao mínimo legal. Secretário, se fizessem isso, em quatro anos teriam pago esses quase 15 bilhões de dívidas e, de imediato, as contas de água e luz poderiam ser reduzidas em quase 30%. Não estou aqui para ensinar ninguém a trabalhar, mas olhem com carinho isso que estou falando. Governador, a Copel e a Sanepar não podem ser do povo paranaense só no discurso, Governador... (Problemas na conexão.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, para concluir, ou melhor, parece-me que a conexão está ruim, estou aguardando a continuidade da sua fala. Deputado, Vossa Excelência *congelou*, estou até preocupado com a sua imagem aqui, agora. Deputado, faça a reconexão do seu equipamento, por favor. Vamos ao Deputado Galo já na sequência, depois restituiremos o tempo de um minuto e tantos segundos que restam para o Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO GALO (PODE): Senhor Presidente Ademar Traiano, membros da Mesa Diretora, Deputadas, Deputados. Nelson Justus, e a balsa, hein? E a *balsa*, Nelson Justus? Senhoras e senhores, temos um problema, não é? Bem, mas esse assunto não vou discorrer, aqui, não. O que quero falar neste momento, é dizer a você, Gugu, que hoje está como Líder do Governo, dizer ao Gugu, que Vossa Excelência tem tido a demonstração de ser parceiro. Quero agradecer a parceria que você, Gugu, tem demonstrado em nos ajudar, ao fazer, mesmo estando na vice. Você realmente é um exemplo. Até por sua propriedade de conhecimento na política, um político que tem *know-how*. Isso nos honra e é muito bom e saudável estar ladeando com Vossa Excelência o nosso grupo. Muito grato, parabéns. Estou bonzinho! Parabéns ao nosso Amaro, Deputado Amaro. O Deputado Amaro, sempre nos finais de semana, manda suas bênçãos por meio das ondas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

da rede social, abençoando todo o País e todos que necessitam. Muito obrigado ao Amaro. O detalhe é o seguinte, gostaria imensamente e agora quero dizer uma coisa que nenhum Governador teve a intenção de fazer ou em nenhum momento isso foi falado. Um dos cenários que temos dentro do Governo do Estado chama-se Detran. Que cenário? Funcionários que fazem a máquina tocar – vamos embora – e como trabalha essa turma dentro do Detran. Rapaz, sobe e desce e corre documento para lá. Já houve algumas coisas estranhas dentro do Detran, mas resolve-se. Troca e sai Governo, vem Governo e o Detran está lá. Está o quê? O salário dos funcionários do Detran é vergonhoso. Então, uso neste momento aqui a tribuna para que haja uma reflexão, para que se pense de que forma pode-se melhorar a participação financeira desses abnegados funcionários do Detran, no Paraná inteiro, Ciretrans, que fazem um trabalho excepcional, que atendem ao usuário ali na ponta. Eles são os legítimos representantes do bom serviço ao usuário. Então, é necessário, porque muitas das vezes, quando a pessoa que está no Detran se prepara, estuda, alguns estudam e se preparam e vão embora. Aí, entra outro no tal do cargo comissionado, que deveria ser repensada essa fórmula, mas está lá a turma que, mesmo sendo comissionada, também sabe trabalhar. Mas é muito difícil tocar uma família com o salário que a maioria recebe dentro do Detran, que é um dos principais serviços que temos, serviço essencial, serviço de primeira. As Ciretrans que temos espalhadas pelo Paraná, normalmente, recebem o apoio de um querido Prefeito, que vai lá: *Não, pera aí. Vou te dar funcionário. Vou te ajudar aqui. Vou pôr gasolina.* E não é obrigação do município, mas o Prefeito faz por bondade, ele fala: *Não, mas espera aí, vou te ajudar. Venha para cá, que você vai ter aqui uma boa sala, vou botar funcionário.* Até quando isso? Sendo que a arrecadação do Detran é bastante importante na somatória daquilo que é o pujo, o macro da arrecadação do Estado. Então, não tenho nenhum parente no Detran. Não tenho interesse no Detran, a não ser que se reconheça que é um trabalho essencial e que é necessário olhar para o Detran. Para encerrar, Sr. Presidente, dá-me mais um tempinho aí? Diga-



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

me uma coisa, qual é a solução, prezado Nelson Justus, Vossa Excelência que é o nosso querido e legítimo representante que temos nessa faixa litorânea, da qual me somo a Vossa Excelência, mas sou um *caroninha*, sou pequenininho, perto de Vossa Excelência, pelo trabalho que o senhor faz. E a balsa? Só quero entender na minha cabeça, porque recebi mais um vídeo ontem. Senhor Presidente, o senhor vai me dar mais um minuto. Presidente Traiano, alô?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Galo, Vossa Excelência tem o seu minuto, por favor.

DEPUTADO GALO (PODE): Muito obrigado, Excelência. Continue com o seu excelente telefonema. Então, senhoras e senhores, é muito sério. Quando apelo para o meu querido lorde Nelson Justus é porque ele conhece toda a história. Nelson Justus, dá para ficarmos uma semana ouvindo Vossa Excelência falar sem parar e você não conseguir contar os teus conhecimentos, sobre o que acontece em todos os setores políticos do Estado do Paraná, pelo seu *know-how*, pelo seu conhecimento. Mas e a balsa? Quando o senhor tiver a oportunidade, explique-me a história da balsa. Tiraram uma balsa, ok. Vem a segunda balsa. Tínhamos uma balsa que funcionava, ninguém reclamava. Aí, eles saíram, mudou-se o sistema para colocar outro. Mas desculpe, hoje, a balsa continua sendo uma *mér-cadoria*. Muito grato. Senhor Presidente, terminei, viu? Grato, aí.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Soldado Fruet, agora tem mais um minuto e 30 segundos, se Vossa Excelência desejar concluir.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado por respeitar o meu tempo. Deu uma queda de energia aqui, já está em 35°C, aqui em Foz do Iguaçu, Sr. Presidente, cada um tem o seu próprio sol. Só para concluir, queria que o Governador entendesse que a Copel e a Sanepar não podem ser do povo paranaense só no discurso, precisam ser do povo na função social



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

propriamente dita, na hora de prestar um bom serviço e também na hora de cobrar tarifas justas. Só isso, Sr. Presidente! Então, olhe com carinho esta nossa fala aí, ajude o povo paranaense. Muito obrigado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): *Pela ordem,* Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Senhor Presidente, só para fazer um comunicado à Casa que a mim me parece importante, sobre a atitude tomada pelo Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Cel. Hudson. O Cel. Hudson, após ver as manifestações e obviamente analisar melhor a situação do episódio de Cornélio Procópio, ele tomou a decisão de restabelecer o Comando do 18.^º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Cornélio Procópio, ao Major Busnello e o Subcomando para o Major Dantas. Penso que a decisão dele demonstra que ao homem público que eventualmente comete um erro de avaliação e tem a capacidade de reconhecer isso e voltar atrás da decisão, age da forma correta. Então, cumprimento-o e desejo a ele que sempre possa analisar as questões com a profundidade que elas têm, para evitar situações iguais a essa. Mas não posso deixar de reconhecer que ele agiu da forma correta, não é fácil isso, a pessoa voltar atrás em uma decisão desse porte, mas ele teve a grandeza de poder de fato restabelecer o comando a quem de direito, no caso o Major Busnello, que é estimado por toda a região e muito respeitado, tanto ele quanto o Major Dantas. Então, cumprimento aqui a decisão tomada pelo Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, Cel. Hudson.

DEPUTADO GALO (PODE): *Pela ordem,* Sr. Presidente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): *Pela ordem,* Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PODE): Na esteira do nobre Romanelli, que fez um alerta muito importante naquele dia chamando a atenção, V.Ex.^a coloca que quando se reconhece que houve um engano, ele pode ser corrigido. Vossa Excelência fala de um dos homens mais importantes que temos hoje, que é o Comandante da Polícia Militar. Então, ele cometeu um erro e reconheceu. Oxalá esse exemplo do Comandante seja seguido por grandes autoridades quando assim entenderem que cometaram um engano. Grato, Excelência!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próxima oradora, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham. Venho a esta tribuna hoje também me dirigir ao Comando-Geral da Polícia Militar do nosso Estado, ao Cel. Hudson, mas sobre outro assunto. Tenho muita admiração pela nossa Polícia Militar, muito respeito por todo o trabalho que faz pela nossa população, ocorre que chegaram ao meu conhecimento alguns casos envolvendo denúncias de assédio sexual dentro da corporação, contra PMs mulheres, que infelizmente não estão tendo a devida apuração. A notícia de um caso, aqui para exemplificar, de um caso de assédio sexual envolvendo uma Soldado dentro de um dos Batalhões do nosso Estado, que ela relata ter sofrido assédio sexual do seu superior hierárquico, no caso aí um Capitão da Polícia Militar. Embora esse próprio Capitão tenha admitido ter encostado a mão nessa Soldado e todas as vezes em que ele foi ouvido ele não negou esse contato físico, o Promotor responsável pelo inquérito policial militar entendeu que não houve cunho sexual nessa atitude desse Capitão, muito embora, na minha opinião, pense que uma mão na perna próxima à virilha tenha, sim, conteúdo sexual. O que chama atenção nesse caso que foi



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

arquivado e o IPM foi arquivado, é também a incomum celeridade que foi dada na instauração do IPM e no arquivamento. A denúncia foi feita no dia 28 de setembro do ano passado e o arquivamento se deu no dia 2 de dezembro do ano passado, foram apenas 65 dias entre a denúncia e o arquivamento de forma muito, muito rápida e que mesmo diante de uma jurisprudência sólida que temos no nosso ordenamento jurídico, de que a palavra da vítima é suficiente para a formação de um juízo de condenação em casos de violência sexual, tanto de civis quantos de militares, nem sequer foi oferecida a denúncia por parte do Ministério Público, a fim de que, com a instauração da devida ação penal, cujo trâmite comporta uma instrução probatória muito maior do que o IPM, que a acusação pudesse ser analisada com mais cautela pelo juízo criminal competente e, claro, respeitado o contraditório e a ampla defesa, mas isso não aconteceu. E aí lembro que no ano passado participei de um evento promovido pela PM aqui em Ponta Grossa, pela Polícia Militar do Batalhão aqui em Ponta Grossa, alusivo ao *Outubro Rosa* e justamente a temática desse evento era o assédio sexual dentro da corporação, os inúmeros casos que estavam acontecendo em várias cidades do Estado – inclusive foi criada aquela Comissão de Combate ao Assédio Moral e Sexual da Polícia Militar do Paraná, que tem a missão, o objetivo de promover um diagnóstico institucional acerca desse problema do assédio e busca também a prevenção e a correta apuração dos casos de assédio sexual dentro da corporação. Até porque além desse caso que exemplifiquei, existem muitos outros, lembramos do caso recente do Dr. Bacana, em que mais de 40 mulheres o denunciaram por assédio sexual e infelizmente ele foi absolvido pela Justiça Militar. E perguntamos: Justiça para quem? Provas, denúncias, testemunhos, muitas mulheres denunciando e a palavra delas também não valeu nada. Então, acho que está acontecendo realmente algo muito estranho na...

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (CDN): *Pela ordem, Sr. Presidente.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): ... na apuração desses fatos. Então, por isso que venho a esta Casa hoje, Sr. Presidente, desta tribuna...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada Cristina, é um aparte que V.Ex.^a solicita?

Deputada Cristina Silvestri (CDN): Um aparte.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Aí V.Ex.^a tem que solicitar à Deputada. Se ela conceder, sem nenhum problema. Deputada Mabel, a Deputada Cristina pede um aparte.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Já concedo à Deputada Cristina, só terminar o meu raciocínio aqui. Por isso que venho hoje inclusive me dirigindo à Deputada Cristina, que é a Procuradora da Mulher desta Casa, com a qual já conversei pessoalmente sobre essas denúncias e que também tem recebido outras denúncias sobre isso, para que tomemos providências e diligenciarmos junto ao Comando da Polícia, ao Poder Judiciário também, para que tenhamos a correta apuração desses casos de assédio sexual que estão ocorrendo dentro da corporação. Concedo à Deputada Cristina um aparte.

Deputada Cristina Silvestri (CDN): Deputada Mabel, muito bem apresentar essas denúncias e é muito importante que a população saiba realmente o que está acontecendo dentro da Polícia Militar. Já fui até o Comando-Geral, como você mesma sabe, fazer a denúncia ao Comando do número de assédios que existem dentro da corporação, isso em vários municípios, as Soldadas, Tenentes ligam chorando contando o que está acontecendo, pedimos autorização para levarmos ao Ministério Público e elas pedem calma, porque elas querem resolver dentro da Justiça da Polícia, dentro da corporação e isso não está acontecendo, os casos estão sendo arquivados. Já pedimos várias providências sobre isso e não iria levar a público porque pensava que poderia resolver internamente isso,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

mas vejo que não estamos conseguimos mesmo e é muito grande. E são denúncias que vêm pelos nossos Deputados também, que não sabem mais o que fazer com o assédio de Coronéis, alto nível a coisa, usando da importância do seu cargo, do seu poder para agir dessa forma com as suas soldadas. Era isso, Deputada.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Agradeço à Deputada Cristina, que, como já relatou, está empenhada nessa questão, mas acho que trazer a público neste momento essas questões é um dever que temos aqui, porque falamos a todo momento aqui sobre combate à violência contra a mulher, mas ela não é só para fora, ela é para dentro também, até porque essas PMs estão diretamente envolvidas nesse combate à violência das mulheres das nossas cidades aqui no Paraná. Então, precisamos dar força para elas e impedir, lutar contra essa impunidade, contra essa injustiça que está acontecendo infelizmente dentro da corporação. E queria finalizar a minha fala até dizendo para essas PMs que estão em situação realmente de violência, de assédio sexual, de assédio moral e que por muitas vezes não denunciam por vergonha até pela farda, porque elas querem resolver internamente devido a não manchar a Polícia Militar, a imagem da Polícia Militar. Mas quero dizer a elas que aqui estamos juntas para justamente evitar e solucionar esses crimes que estão sendo cometidos contra as nossas mulheres, tanto PMs quanto da Polícia Civil, da Polícia Penal, as nossas Bombeiras, elas que lutam bravamente todos os dias pela nossa população, inclusive resolvendo crimes de violência doméstica e familiar. Vocês não estão sozinhas! É preciso que vocês saibam disso! Estamos aqui, sei que todos os Deputados também apoiam que essa impunidade não aconteça, que apoiam a justiça. Vamos lutar! Chega de decisões bacanas, chega de injustiça contra as mulheres deste Estado. E acho que vocês precisam ser fortes, denunciem, sejam fortes, honrem a farda que vocês representam, que é a farda que tanto nos orgulha. Estamos juntas por todas vocês mulheres das polícias aqui da segurança do nosso Estado. Era isso, Presidente. Muito obrigada.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, pelo PT, Deputado Tadeu.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Tadeu Veneri (PT); Cristina Silvestri (CDN); Homero Marchese (PROS); Goura (PDT); Professor Lemos (Oposição); e Gugu Bueno (Governo).

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, bom dia. Antes de iniciar, quero cumprimentar a Deputada Mabel pela iniciativa de trazer este debate para a Assembleia Legislativa, porque a há muito tempo a Comissão de Direitos Humanos também, Deputada Mabel, recebe denúncias semelhantes. E fica aqui um convite para a senhora e para todas as policiais que têm tido problemas como esse, além do assédio sexual, o assédio moral, para que possamos fazer talvez uma Audiência Pública aqui entre a Comissão de Direitos Humanos e a sua Comissão e fazermos este debate. É um debate extremamente necessário, porque se não trouxermos, como disse a Deputada Cristina, luz para este tema, ele continuará sendo algo que acontece todos os dias sem que as pessoas tomem iniciativas para que isso seja debelado dentro da Polícia Militar e da Polícia Civil. Tenho duas situações aqui, Sr. Presidente, e a primeira é só um comunicado que me parece extremamente oportuno. Fizemos uma visita aqui, Deputado Arilson, a Colombo, dias atrás, e Colombo, Piraquara e Pinhais têm hoje, Almirante Tamandaré também, 15 mil crianças em fila de espera para o ensino médio e para o ensino básico. Quinze mil! Quinze mil crianças que estão esperando vagas! Além disso, no Colégio Rui Barbosa, ele tem como receber as crianças, mas não pode receber as crianças porque tem vagas, mas não tem carteiras. Veja, Deputado Gugu, o senhor que é Líder do Governo e certamente levará ao Governador esta situação, pelo menos ao Secretário da Educação, como que um colégio pode ter vagas e não receber alunos porque não tem carteiras? Esse colégio, espero que seja resolvido, mas até 15 dias atrás era o Colégio Rui Barbosa, aqui de Colombo. Temos um colégio



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

que foi fechado também em Colombo com 300 alunos e estamos com problemas na educação, Professor Lemos, em Campo Largo, onde crianças estão saindo 4h30 ou 5 horas da manhã porque o ônibus passa nesse horário para que essas crianças possam vir. Já tive a oportunidade de falar aqui das nossas contrariedades com relação inclusive ao próprio ensino remoto que está sendo implantado pela unidade Cesumar porque coloca crianças para ficarem 5 horas em frente a uma tela de computador. Cinco horas, das 7h30 até 12h20! Ficam lá com 5 horas de aulas seguidas! Duvido que um Deputado tivesse que aprender alguma coisa, ficar 5 horas, ou qualquer outra adulto, 5 horas não frente de uma tela. Impossível! Com um monitor..., aliás, sem monitor, porque a maioria não tem monitor. Então, a educação do Paraná, todo o dia trazemos um problema aqui, mas infelizmente, talvez por ser muito grande, às vezes temos soluções, como tivemos ontem com o Superintendente da Fundepar, o Marcelo, que nos recebeu e recebeu as professoras de Medianeira, encaminhamos com o Líder do Governo soluções, mas a educação todos os dias temos trazido problemas aqui, infelizmente! Ontem mesmo recebi a informação que aquilo que havíamos colocado aqui com relação à preocupação de São José dos Pinhais, do fechamento do curso noturno em uma determinada escola em São José dos Pinhais, o que fará com que parte dos seus alunos deixe de estudar e outra parte tenha que usar ônibus por longas distâncias, infelizmente foi confirmado ontem à noite ainda, que o curso noturno será de fato extinto, não haverá mais esse curso. Não sei, acho que essas coisas não ajudam o Estado do Paraná, não ajudam a sociedade! E, como falei para o Secretário ontem e repito aqui, a impressão que nos dá é o que o Estado caminha rapidamente em um processo de sucateamento dos servidores públicos e do serviço público, porque não há concurso. Esse concurso agora para 500 funcionários é importante? É importante na educação, mas precisamos de 20 mil. Não há concurso para polícia, não há concurso para a educação, não há concurso para a Emater, para o Iapar e as consequências disso irão aparecer daqui a 5, 10 ou 15 anos! Da mesma forma, Sr.^o Deputados, temos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

recebido do sistema de socioeducação uma série de questionamentos porque aprovamos – e aprovamos de forma correta – aqui as medidas que haviam sido solicitadas pela Polícia Penal, e foi uma votação rápida e importante que trouxe um resultado para a Polícia Penal. Entretanto, além da Polícia Penal, temos o sistema de socioeducação, o sistema socioeducativo, que em todo o espaço de socioeducação abrange hoje cerca de 1.500 pessoas. Na verdade, esse sistema que o nome correto é Departamento de Atendimento Socioeducativo, que gera o sistema socioeducativo do Estado e é ligado à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, que o chefe do Dease é o Cel. Pancotti, está sendo também esquecido nas negociações que estão sendo feitas. Estamos com uma situação onde temos 300, como eles mesmos se colocam, Deputado Homero, 300 excluídos, Maringá aliás tem um sistema de socioeducação, são 19 Centros de Internação e Internação Provisória, 9 Casas de Semiliberdade, 28 unidades socioeducativas no total. Os contemplados são em número de 800 agentes de segurança socioeducativo e um total de 1.200 servidores, além, claro, dos 1.200 PSSs. Esse processo faz com que essas pessoas, por não estarem incluídas naquela discussão que foi feita aqui, não recebam o auxílio-alimentação, não recebem a Gadi, que foi cortada a Gadi agora, a gratificação, não recebem a Gadi, que passaria a incorporar na aposentadoria, vale-alimentação que deve começar a ser pago, que aprovamos aqui, somente será aos agentes que agora são a Polícia Penal e ainda esses mesmos servidores correm o risco de não serem incluídos na criação de categoria própria. Diversos Deputados já receberam questionamentos a respeito disso e sempre que possível trazemos esses questionamentos para cá porque entendemos que se é importante e sem dúvida é importante o sistema de segurança, mas ele não é isolado, com um determinado segmento. Quem tiver a oportunidade de visitar o sistema de socioeducação, tanto as casas com os Censes, todo o processo, vai ver que lá estão funcionários que são da área de assistência social, de psicologia, de pedagogia, de educação, são pessoas da enfermagem, da sociologia e terapia ocupacional, profissionais que atendem em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

salas fechadas por grades, essas ações de cuidado e segurança envolve o afetamento de toda a segurança externa, manutenção e setor administrativo, todas as funções têm a obrigação de guardar sigilo das informações e uma postura condizente com o espaço ocupacional no qual atua. Todos absolutamente envolvidos com a segurança pública! Então, se todos estão envolvidos com a segurança pública, por que não têm o mesmo tratamento que tem a segurança pública? É claro que este é um processo de construção e queremos nos colocar aqui à disposição não só dos profissionais da socioeducação, mas também de todos os profissionais da segurança para encontrarmos soluções, e a solução passa necessariamente por redistribuir os recursos que o Estado tem dentro do setor público. Ontem, quando questionamos o Secretário a respeito dos valores que estão sendo obtidos por meio desse processo que faz com que tenhamos 15 bilhões de renúncia fiscal, 52 bilhões ao longo de quatro anos, o Secretário mesmo nos colocou que esse é um processo que foi construído ao longo dos 30 anos, mas que viciou muitos dos empresários ou dos beneficiários. Viciou a ponto de hoje eles não conseguirem entender que eles devem viver por conta própria, pagando impostos, como o Deputado Romanelli paga, como eu pago, como todos aqui pagam. Não há sentido em termos um setor, Presidente Traiano, ou alguns setores que se sentem acima dos demais da sociedade. Oito bilhões e meio para que tenhamos o agronegócio no Paraná, e aí reclamam porque resolveram cobrar 12% de valores presumidos, do crédito presumido. Ora, pagamos 27,5%, outros setores pagam 25. O pequeno produtor, quando dá uma chuva de granizo, como aconteceu e trouxe aqui, aqui na região da Lapa, e o Sr. Presidente sabe também que aconteceu em Rio Negro, o senhor mesmo colocou isso, esse pequeno produtor que produz alface, que produz tomate, não tem um centavo de incentivo, até porque ele não consegue pagar seguro. O grande produtor, o exportador, que já tem a sua safra vendida dois anos antes, esse não perde absolutamente nada e ainda se beneficia da isenção fiscal. Por isso que ontem pedimos os CNPJs, que sejam publicizados os CNPJs, porque não há sigilo fiscal para esse tipo de ação



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

quando envolve recurso público, Deputado Homero, e estamos falando de recurso público. O senhor que é um defensor, muitas vezes, que o Estado liberal tenha de fato o papel de ser liberal, pergunto-me: Por que a empresa “A”, “B” ou “C”, como falei ontem, aleatoriamente, uma grande empresa como a Seara ou como sei lá aqui a JBS, ou a BR Foods, ela recebe? Não sei se ela recebe, mas se ela recebe incentivo fiscal, de quanto ela recebe? E se recebe, quantos empregados ela tem? E qual é a relação do emprego que ela tem com os seus trabalhadores? E qual é a relação com o meio ambiente? Porque se não tivermos isso, a verdade é que toda sociedade... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Tadeu, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Toda sociedade está pagando para que determinados segmentos extremamente privilegiados, como é o sistema de transporte, sei que ontem houve um debate acalorado a respeito disso, mas o sistema de transporte público precisa ser revisto. Não é possível mais que algumas famílias, no nosso caso aqui a família Gulin, recebam todos os anos, por *ad aeternum*, subsídio para manter os ônibus, porque não pode ter prejuízo e as tarifas sobem. Ora, se não há condições de manter porque vai ter prejuízo, então passa para terceiros, para outros, para o Estado. O que não pode é todos pagarem para manter os lucros de um determinado segmento em prejuízo de toda a sociedade. E aí só há uma solução: nós, enquanto sociedade, conhecemos de fato quem está se beneficiando, quanto está se beneficiando, como está dando retorno. E é isso que iremos buscar fazer a partir da próxima semana. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados, e fica aqui o respeito a todos os profissionais da... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Com a palavra a Deputada Cristina Silvestri.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (CDN): Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Deputados, Deputadas. Venho aqui hoje para falar sobre a rodovia que liga Antonina a Guaraqueçaba, é a rodovia 340, que está extremamente deficitária. São 100 quilômetros de rodovia, no qual mais de 70 são estradas de chão, e a única companhia que faz esse trajeto é a Graciosa, Viação Graciosa, e ela pediu o desligamento agora por não ter mais condições de fazer esse trajeto, pelo desespero de não poder mais dar conta dessa estrada. Por quê? Porque ela está em péssimas condições, pelo desgaste que tudo isso dá no ônibus e que o custo é muito maior do que a receita. E ela pediu o desligamento, foi colocado agora um ônibus provisório para o caso do chamamento das empresas que têm interesse. Nenhuma apareceu até agora e não vai aparecer, porque qual é a empresa de ônibus que vai pôr um ônibus bom em uma estrada ruim, que só vai dar desgaste ao ônibus, sendo que é apenas um trecho? Quem vai pegar um trecho ruim de estrada? Então, o que pedimos é que o DER coloque realmente um ônibus decente, um ônibus rodoviário. O ônibus que está sendo usado neste momento lá é urbano, com bancos duros, sem cinto de segurança, sem oferecer nenhuma segurança aos usuários. E o que a população de Guaraqueçaba está pedindo é respeito, é dignidade. Eles pagam impostos e querem ter o respeito de ter uma rodovia possível de trafegar. Sem falar, gente, no turismo. Como falar em turismo no litoral sem infraestrutura e sem logística? Guaraqueçaba é a maior reserva de mata atlântica do Brasil. Poderíamos desenvolver um grande trabalho de turismo, turismo ecológico, movimentando a economia do nosso litoral, Deputado Nelson. E isso sem falar em *ferryboat*, sem falar na ponte. Sem infraestrutura não há desenvolvimento, não há turismo. Então, o que pedimos ao Governo do Estado, por meio da Secretaria da Infraestrutura e Logística, que preste mais atenção no nosso litoral. Ele está precisando de muito apoio, e cada vez mais estamos perdendo os turistas que lá vão. Obrigada!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Com a palavra o Deputado Homero Marchese.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Senhor Presidente, Sr.^o Deputados, população que nos assiste, bom dia! Ontem, o Governo do Estado realizou mais uma Audiência Pública no processo que está conduzindo a elaboração do Plano Estadual do Gás. Quando falamos do gás não estamos falando do gás de cozinha, estamos falando aqui do gás natural, o gás que chega ao Paraná por meio de gasodutos e é utilizado para abastecer indústrias, em especial do ramo de papelaria e cerâmica, e residentes, consumidores comerciais e também residenciais. Mas o gás natural hoje, no Paraná, ele fica limitado a Curitiba e Região Metropolitana, a condomínios, em especial da cidade de Curitiba e a indústrias da cidade e da Região Metropolitana, ele não chega para as demais regiões. E o que está se pensando agora é prorrogar o contrato que o Estado tem com a empresa que tem o monopólio da distribuição desse produto no Estado, que é a Compagas. O Estado já anunciou que neste ano de 2022 vai prorrogar o contrato, embora ele vença só em 2024, vai prorrogar desde logo por mais 30 anos, e depois vai privatizar a Compagas. Então, neste momento está se discutindo quais serão os termos dessa prorrogação, quais serão os termos desse novo contrato. E o setor produtivo, em especial as indústrias do setor, a Fiep está também acompanhando bastante esse processo, e o nosso gabinete está muito atuante em relação aos termos que estão sendo definidos, porque neste momento estamos definindo no Estado qual será o preço em especial que será cobrado pelo gás natural e isso tem direta relação com a decisão das empresas que já estão no Paraná consumindo esse produto de aumentar os seus investimentos aqui, tem direta relação com a decisão de futuras empresas se instalarem aqui no Estado. E também, neste momento, estão se definindo os novos investimentos que serão feitos, em especial para levar a rede que hoje está limitada à região de Curitiba ao Norte do Estado, regiões de Londrina e Maringá em especial, e alguns pontos controversos nessa questão toda que ainda não foram esclarecidos pelo Governo do Estado e pela Compagas, e seria fundamental que eles fossem esclarecidos. Em primeiro lugar, é preciso reduzir a taxa interna de retorno que hoje é cobrada



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

pela companhia em cima do produto distribuído. A TIR hoje praticada é muito alta e precisa ser reduzida para mais da metade e ela não pode, como está acontecendo hoje ainda, incidir sobre as despesas da companhia. Deputado Bazana, hoje, a Compagas, por exemplo, ela investe e esse dinheiro que ela investiu ela remunera depois na tarifa, quando isso já não é mais a prática no mercado. Outro ponto controverso é o alto preço do gás distribuído por conta justamente disso. O Paraná hoje tem, pelo menos para o setor industrial, o gás natural mais caro do Brasil ou pelo menos um dos produtos mais caros do Brasil. Outro ponto importante que tem sido o cômputo indevido do ICMS na base de cálculo do PIS e do Cofins. Os Tribunais Superiores já mandaram a Compagas devolver esse valor aos usuários, mas até agora isso não tem acontecido. Um quarto ponto controverso neste momento é o desejo de o Governo do Estado e da Compagas de, embora prorrogarem o contrato por 30 anos agora em 2022, só passarem a praticar uma nova tarifa em 2024, ficando, portanto, com dois anos ainda com essa tarifa supervalorizada. E um quinto ponto é a maneira que se está estabelecendo para fazer a prorrogação do contrato com a Compagas. Estabeleceu-se, Deputado Romanelli, o pagamento de uma outorga pela Compagas no valor de 508 milhões. Até aí tudo bem. A Compagas até pode pagar essa outorga, só que não pode acontecer como está sendo proposto hoje, que é o usuário do gás depois remunerar essa outorga, porque aí não há vantagem nenhuma. A empresa paga 508 milhões na outorga e, depois, recupera o dinheiro na forma de cobrança de tarifa, não é?

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB): Deputado Homero, depois o senhor me permite um aparte sobre o tema?

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Por favor. Por favor.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB): Bom, queria só dizer que V.Ex.^a leva um tema à tribuna desta Casa da maior importância, porque este debate está



sendo feito e a Assembleia Legislativa não está discutindo esse tema. E é um tema muito relevante porque envolve competitividade das empresas paranaenses. Certamente perdemos empresas e empregos se essa modelagem que está sendo feita efetivamente prevalecer. Inclusive, quero dizer o seguinte, ao Estado, neste momento, para nós, talvez seja para o Poder Executivo, para o Tesouro do Estado, importante fazer essa operação para poder receber essa outorga. Agora, indiscutivelmente, para a competitividade da indústria paranaense, é um desserviço. Penso que teríamos que ter de fato uma redução no preço, porque as controladoras são a Copel e a Mitsui que controlam justamente a Compagas, e a Petrobras, obviamente, que também é sócia. O fato concreto é que se não tivermos uma modelagem correta, ainda vamos perder mais empresas para Santa Catarina e São Paulo, onde a tarifa hoje é menor, e esse risco é muito grande, até porque me parece que tudo está sendo preparado para em um momento seguinte privatizar a própria Compagas. Vai um monopólio para o setor privado, que cá entre nós é o pior dos mundos, não é? Ah de concordar comigo. Penso que de fato é o momento de o Governo reavaliar esses posicionamentos, porque o que está em jogo é o preço do gás natural para os próximos 30 anos, para gerar emprego e atividade econômica no Paraná. Então, quero parabenizá-lo e cumprimentar pela brilhante fala e trazer o tema à tribuna desta Casa, que é da maior relevância mesmo. Parabéns!

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Obrigado, Deputado Romanelli! E o senhor tem razão. O pagamento da outorga pode ser importante para o Estado, o Estado coloca 508 milhões no caixa, isso vai ser importante para fazer rodovia, para fazer outro tipo de obra, isso não tem problema. O problema é remunerar esses 508 milhões na tarifa depois, porque aí você penaliza o usuário, que vai ficar pagando por 30 anos um tributo excedente. E fizemos uma conta: para o setor industrial, esse pagamento de outorga significa um aumento de 6% na tarifa por 30 anos. Quer dizer, é uma coisa significativa. Quantos empregos deixaríamos de gerar? Mas, enfim, neste momento estou fazendo uma crítica ao processo, mas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

o processo no ponto da transparência tem sido muito bem conduzido pelo Governo do Estado, pela Compagas. Ontem, falei isso na Audiência. Ninguém pode dizer que não está podendo fazer as críticas e as sugestões. Estamos fazendo porque o Governo está conduzindo esse assunto de forma transparente. Agora, precisamos avançar mais. Precisamos avançar mais e esse é o nosso desejo. Parece-me que a Compagas e o Governo do Estado devem, nos próximos dias, anunciar alguns pontos positivos. Esperava que isso tivesse acontecido ontem, mas não aconteceu. Espero que, nos próximos dias, possa anunciar pontos positivos em atendimento ao interesse público, afinal das contas, é um preço de gás competitivo para que tenhamos mais empresas aqui no Estado, e que as empresas que já estão no Estado possam investir mais. De efetivo, o que temos até agora está o anúncio de que para o setor comercial e industrial haverá redução do preço do gás ainda este ano, mas ainda não temos nada comprovado e estamos esperando a sinalização nesse sentido. Então, fica a nossa manifestação e o nosso desejo de que esse assunto tão importante para os próximos 30 anos possa ser tratado da melhor maneira possível aqui no Paraná. Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, pelo PDT, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente! Um bom dia a V.Ex.^a, a nossa Mesa Executiva, a todos os Parlamentares, servidores e cidadãos que acompanham a nossa Sessão. Senhor Presidente, prezados Deputados, no dia 14 de outubro de 2019, protocolamos o Projeto de Lei 781, Projeto 781/2019. O Projeto foi assinado pelo nosso mandato, pelo Deputado Evandro Araújo, a Deputada Mabel Canto, o Deputado Marcio Pacheco, o Deputado Tercílio Turini, o Deputado Arilson Chiorato. A ementa do Projeto diz o seguinte, prezados Deputados: “Dispõe sobre a concessão de subsídios a serviços de transporte público coletivo de passageiros no Estado do Paraná.” Ontem, ouvimos a notícia



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

de que a Assembleia estaria fazendo um repasse de recursos ao transporte coletivo de Curitiba e da região, que ficou esclarecido pelo Secretário Romanelli que esse subsídio se destina à Comec, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, em um total de R\$ 20 milhões, por solicitação do Governo do Estado, que tenho certeza de que pretende colocar ainda mais valores para que o subsídio seja contemplando a Região Metropolitana de Curitiba por meio da Comec. Pois bem, entendemos, Sr. Presidente, que essa questão, primeiro de tudo, ela tem que ser levada para todo o Estado do Paraná. É o que pretende o nosso Projeto de Lei apresentado aqui por diversos Parlamentares, para que cidades como Ponta Grossa, que já estão conurbadas com outras regiões, Deputada Mabel, coautora do Projeto, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, enfim, os grandes centros urbanos do Paraná possam contar também com este apoio do Governo do Estado, para que, sim, o transporte coletivo tenha um valor acessível à população, aos usuários, aos trabalhadores, aos estudantes, que dependem de um ônibus de qualidade no ir e vir para as suas necessidades. Igualmente que esse subsídio não seja dado conforme conveniência política do Palácio Iguaçu com o Palácio 29 de Março, a sede do Poder Executivo Municipal de Curitiba. É isso que, infelizmente, tem ocorrido nos últimos anos, desde que o subsídio dado pelo Governo do Estado se tornou uma prática, mas uma prática, lembro, sem isonomia, sem transparência, sem controle social, sem qualquer critério que sejam os princípios que estejam avaliados, estejam ordenados junto aos princípios da administração pública. Já lhe repasso o aparte, Deputada Mabel, só para concluir este raciocínio inicial de que esse subsídio tem que ser dado, como disse, com critérios, e não critérios de conveniência política. O subsídio chega a Curitiba, vamos lembrar, quando o Governador Beto Richa se tornou Governador e então o Prefeito Luciano Ducci na sua gestão recebe o subsídio. O Prefeito Gustavo Fruet, de 2013 a 2016, teve muitas dificuldades enfrentadas, porque não havia um alinhamento político entre o Prefeito Fruet e o Governador Richa. Curiosamente, logo na eleição do atual Prefeito, o Prefeito Greca, o subsídio reaparece, o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

subsídio do Governo do Estado volta a ser uma realidade no transporte público de Curitiba. Com a Governadora Cida Borghetti ocorre o mesmo, e com o Governador Ratinho isso tem ocorrido. Quero deixar muito claro aqui: o subsídio é uma ferramenta prevista na legislação federal para que tenhamos, sim, a possibilidade de uma tarifa mais barata aos usuários, porém, não é a prática republicana, a mais republicana possível que está em curso aqui no Paraná. Então, pedimos, Sr. Presidente, que o Projeto de Lei 781, Deputado Nelson Justus que preside a nossa Comissão de Constituição e Justiça, que este Projeto possa ser discutido na CCJ. Convidamos também os demais Parlamentares que possam ser coautores deste Projeto, além dos nobres colegas que já subscreveram este Projeto desde o início da sua tramitação, que ele possa ser devidamente discutido. No mês de abril faremos uma Audiência Pública para tratar desse tema. E convidamos, obviamente, o próprio Governador Carlos Massa Ratinho Junior, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, a Comec e a Secretaria da Fazenda para que possamos discutir como o subsídio tem que ser dado aqui no Estado do Paraná. Deixar muito claro, o Secretário Romanelli esclareceu, em conversa com os Parlamentares, que a notícia dada pela Assembleia se refere a um repasse, por solicitação do Governo do Estado, do recurso próprio orçamentário da Assembleia, e que seria destinado à Comec e à Região Metropolitana de Curitiba. Temos que ter políticas integradas, obviamente, e, nesse sentido, Sr. Presidente, que é muito importante que nesta legislatura, onde estamos aqui há mais de três anos discutindo temas de relevância para o povo paranaense, o Projeto n.º 781 que trata dessa regulamentação do subsídio seja colocado em pauta e, se possível, seja aprovado ainda este semestre. Deputada Mabel Canto, lhe concedo o aparte.

Deputada Mabel Canto (PSC): Obrigada, Deputado Goura. Só gostaria de endossar aquilo que o senhor já falou e apoiar, porque logo que vimos ontem essa notícia desse benefício que é dado para a Região Metropolitana de Curitiba, para Curitiba no transporte público. Por quê? Porque nós Deputados somos cobrados



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

diretamente aqui nas nossas bases também em relação ao subsídio para o transporte coletivo do nosso entorno, das nossas regiões. Todas as regiões hoje do Estado, acredito eu, têm problemas com o transporte coletivo. Aqui em Ponta Grossa, por exemplo, estamos com a passagem de R\$ 5,50, transporte extremamente deficitário, sem qualidade. E qualquer aporte, qualquer subsídio que pudesse vir ajudar aqui já seria benéfico. Pode não ser os 20 milhões, pode ser menos, podem ser dois, três, enfim, mas precisa ser convencionado. Isso precisa ser feito para todos os municípios que, relativamente, estão enfrentando problemas no transporte coletivo aqui do nosso Estado. Penso assim, de forma muito objetiva, se dá para Curitiba e Região Metropolitana, tem que dar também para outros municípios do Estado. Já conversei, inclusive, com o Governador, logo no início do mandato, sobre isso. Na época ele ficou de verificar. A verdade é que temos um Projeto de Lei, da proposição dos Deputados, que deveria ser votado, deveria ser pautado, porque, justamente, acaba com essa desigualdade. Penso que é desigual ofertarmos o subsídio somente para a capital, enquanto todas as outras cidades do Estado, pelo menos as maiores cidades do Estado, também passam por problemas no transporte coletivo. Então, até brinquei ontem, quero colocar Ponta Grossa na fila. De fato, realmente, estamos precisando aqui também de subsídios para o transporte. Obrigada, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Deputada Mabel, pelas contribuições. E também assino embaixo de tudo que V.Ex.^a trouxe. Queria, por fim, destacar o art. 4.^º do nosso Projeto de Lei, que prevê que o subsídio seja dado, leio aqui: “A concessão de recursos para o subsídio tarifário de serviço de transporte público coletivo aos municípios deve atender aos seguintes critérios cumulativamente: 1.^º: a existência de conselho municipal de transporte público aprovado pela Câmara Municipal”, ou seja, ter um conselho ativo fiscalizando. “A existência de plano de mobilidade urbana nos municípios com mais de 20 mil habitantes. A divulgação dos reajustes tarifários com antecedência mínima de 30 dias úteis de sua implantação.” Vemos aqui em Curitiba um descaso com os usuários. A tarifa



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

sendo majorada na véspera do feriado, muitas vezes, isso já ocorreu outras vezes, em outras circunstâncias. “O Conselho Municipal a que se refere o inciso I terá atribuição de fiscalizar a execução dos serviços.” E, por fim, Deputada Mabel, o parágrafo do art. 6.º, que diz: “Os municípios com população superior a 300 mil habitantes e transporte público integrado com aqueles que o circundam deverão ter preferência no recebimento de recursos.” É isso que está em jogo, Sr. Presidente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Para concluir, Sr. Presidente. Lembro que a gestão do transporte público de Curitiba, em especial, é algo de muitos questionamentos muitos sérios, inclusive, com o Vereador Professor Euler, estamos com uma ação na justiça questionando o confisco milionário que o Prefeito Greca realizou dos créditos vencidos dos usuários. O Ministério Público já se manifestou também favoravelmente e aguardamos uma liminar que deve sair a qualquer momento. Nesse sentido, Sr. Presidente, conluso, transporte coletivo é um direito da população, direito à acesso à cidade e é isso que está em jogo com isonomia, com transparência e com controle social. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Goura, esta Presidência, em função da sua fala, toma a liberdade de fazer alguns esclarecimentos, até em função de uma discussão que ocorreu no dia de ontem internamente, no grupo de Deputados, em relação a esse repasse ou devolução para o Estado na ordem R\$ 20 milhões. É oportuno que falemos que não é de agora que a Assembleia contribui para com o Estado no sentido de subsidiar o transporte coletivo da Região Metropolitana. Talvez tenhamos nos expressado mal quando afirmamos que era para Curitiba. Não, é para a Região Metropolitana. O cidadão que sai de Campo Largo com uma passagem pode percorrer toda a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Região Metropolitana com o subsídio da passagem, o que é fazer justiça social. Não é de agora que o Governo vem agindo dessa forma. Lembro-me de uma discussão ampla à época do Prefeito Gustavo Fruet, porque havia uma discussão em termos de valor com o Governo Beto Richa, onde a Prefeitura de Curitiba, por meio da Urbs, afirmava um determinado custo e o Governo entendia que era outro. Em função disso, à época, o Prefeito Gustavo Fruet transferiu a responsabilidade para o Governo do Estado para comandar, por meio da Comec, ou a Comec comandar o transporte integrado de toda a Região Metropolitana. E, lógico, fazendo a justiça social, porque as pessoas humildes que necessitam e que precisam fazer ou se deslocar para empregos não na sua cidade, mas em outras, sejam elas beneficiadas por essa ação presente do Governo. E a Assembleia sempre deu essa contribuição. O dinheiro não é da Assembleia. Não é nosso, é dos paranaenses. O Governo faz um apelo e prontamente contribuímos. E não é neste Governo, já aconteceu em outros governos. Então, é oportuno que compreendam, porque da forma como foram colocadas aqui as questões também dá a entender que a Mesa Executiva está fazendo um benefício, o que não é para Curitiba. Não, é para atender ao cidadão da Região Metropolitana. E também vamos mais além, claro, as cidades maiores do Paraná, com o devido respeito e direito, reivindicam, mas essa decisão não é da Assembleia, é do Governo. A decisão é do Governo, administrativa. Cabe ao Governo e não à Assembleia tomar essa decisão. São questões de ordem administrativa, financeira que são de responsabilidade do Estado. Agora, todo Paraná tem o subsídio do óleo diesel para o transporte coletivo, as cidades maiores são contempladas com isso também, então a justiça está sendo feita em todo Estado do Paraná. Acho que isso é importante que fique claro. E é muito importante que viéssemos fazer essa explicação aos Sr.^s Deputados e aos paranaenses que nos acompanham principalmente, principalmente para aqueles que dependem do transporte integrado da Região Metropolitana. Quem se opuser a isso está se opondo ao cidadão humilde que precisa, aqui na Região Metropolitana, do atendimento e da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

mão estendida do Governante. Registro a presença aqui na Casa do Presidente da Câmara de Santo Antonio do Sudoeste, nosso amigo Claudinho do Carmo, e também do Vereador Sebastião de Oliveira. O Claudio hoje é Presidente da Associação dos Vereadores do Sudoeste do Paraná. Do nosso amigo Ex-Prefeito de Santo Antonio Manfredo Knapp, também do Controlador Interno Tanal Karan, de Santo Antonio do Sudoeste, se faz presente, do meu grande amigo, companheiro lá de Guaraniaçu, meu amigo Luiz Moraes, os Sr.^s Euclides Marcelino e Gustavo Antonio Moraes, e Ex-Prefeito, o Luiz, atual Secretário da Agricultura do município de Guaraniaçu. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa. Com a palavra o Líder da Oposição, Deputado Professor Lemos. Peço ao nosso querido Vice-Presidente Deputado Turini que venha à Mesa para presidir, porque tenho um compromisso já de imediato lá na Presidência.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo que cumprimento a população que acompanha esta Sessão na manhã de quarta-feira. Quero também cumprimentar os nossos visitantes. Cumprimentar o Luiz, ex-Prefeito de Guaraniaçu, Secretário de Agricultura que vem fazendo um trabalho diferenciado, destacado a favor do desenvolvimento da nossa agricultura do município de Guaraniaçu, acompanhado de dois Vereadores, que também vêm fazendo um bom trabalho na Câmara Municipal. Desejar sucesso para vocês na gestão. Quero aqui, Sr. Presidente, também registrar as várias mensagens que recebi das demais regiões do Estado do Paraná com relação à notícia veiculada de que a Assembleia haveria repassado R\$ 20 milhões para subsidiar o transporte coletivo em Curitiba e Região Metropolitana. É importante que o Governo dê tratamento isonômico para todas as regiões. Recebemos de Umuarama, por exemplo, várias mensagens, mas também de Ponta Grossa, de Londrina, de Maringá, de Cascavel. Então, todas as demais regiões questionaram: *Por que aqui não fomos contemplados?* O Presidente da Assembleia Deputado Traiano explicou que é um recurso que foi devolvido ao Poder Executivo e cabe ao Governador e ao seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Governo decidir. Então, é importante que o Governador também decida contemplar as demais regiões do Estado, porque também nas demais regiões temos os trabalhadores e trabalhadoras que usam o transporte coletivo, evidentemente, precisam de um transporte melhor e de uma tarifa também menor, uma tarifa justa. Então, fica aqui também o nosso apelo para que o Governador também conte com as demais regiões do Estado do Paraná com relação ao subsídio para o transporte coletivo. Quero aqui, Sr. Presidente, falar de um Projeto que está tramitando nesta Assembleia Legislativa, que protocolamos aqui. Também teve como coautor o Deputado Artagão Junior, que assinou conosco o Projeto. É o Projeto de Lei n.º 71 de 2021. Esse Projeto trata da regularização fundiária rural no Estado do Paraná. Temos hoje muita burocracia para fazer uma regularização fundiária e temos várias áreas rurais com problemas, áreas pequenas, médias, áreas grandes. E conhecemos uma lei de Santa Catarina que está mudando rapidamente lá a forma de regularização fundiária no Estado de Santa Catarina. E buscamos, então, o apoio dos técnicos, dos funcionários da Ipagri, que preparam o Projeto e o Governador de Santa Catarina fez aprovar, está implementando. Buscamos o apoio aqui de técnicos da nossa Emater, agora IDR, também trabalharam nesse Projeto, fizeram a sugestão e apresentamos o Projeto aqui na Assembleia para dispensar, por exemplo, a contratação de advogados, para fazer a regularização fundiária de modo administrativo, dando celeridade, e muito mais barato. Cai o custo. Temos vários municípios com problemas sérios. Na verdade, em todos os 399 municípios do Paraná temos necessidade de fazer regularização fundiária, mas em alguns municípios essa demanda é maior. Tem municípios que 30% das áreas rurais são irregulares e precisam de regularização. E no Paraná demanda muito tempo, é burocrático, precisa judicializar e podemos e devemos fazer de modo administrativo e muito mais barato. Vi, por exemplo, agricultores pagando R\$ 90,00 por hectare para fazer o georreferenciamento. Isso lá em Santa Catarina. Aqui é muito mais caro. Então, é preciso o Estado ter uma lei. E apresentamos o Projeto, porque daí o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Estado vai fazer convênio com os municípios e vamos dar celeridade a essa demanda que é muito grande no Paraná. Portanto, fica aqui o nosso apelo para que esse Projeto possa entrar na CCJ, aproveitar aqui a presença do Presidente da CCJ, Deputado Nelson Justus, para pedir apoio, para que possamos aprovar, porque isso é muito importante para o Estado do Paraná. Quero também aqui, Sr. Presidente, falar de uma visita que fiz, na semana passada, no território indígena Rio das Cobras. Lá são 10 aldeias. Lá temos etnias Caingangues e temos e etnia também Guarani. E o Cacique Ângelo reuniu as lideranças de todas as aldeias, os caciques, os vice-caciques, mas reuniu também diretores e diretoras das escolas, presidentes, lideranças de associações e aí fizemos um grande debate. E saímos de lá com algumas tarefas. A tarefa mais urgente é a água, inclusive nas sete escolas. São sete escolas estaduais dentro do território. É onde temos a maior presença dos indígenas no Estado do Paraná. É lá no território Rio das Cobras. E aí o que encontramos? Encontramos três escolas, que são as maiores, recebendo caminhão pipa uma vez por semana com 6 mil litros de água para passar a semana. Escolas com muitos estudantes. É impossível. Não pode continuar desse jeito. E também não pode ser o abastecimento de água com caminhão pipa. É muito importante que sejam furados poços artesianos no território Rio das Cobras e que as escolas possam ser abastecidas constantemente com água o suficiente para atender à demanda, mas também a água é para os moradores do território. Então, quero aqui fazer um apelo ao Governo do Estado, ao Secretário Marcio Nunes, que tem feito um bom trabalho, que acolha essa demanda do território feita pela Prefeitura Municipal, lá pelo Prefeito Fábio, da Farmácia. Atenda à reivindicação das lideranças indígenas. Atenda ao pleito das escolas. Inclusive o diretor e a diretora estão muito preocupados, primeiro com a água. Claro que tem outras demandas, mas essa da água é fundamental, porque sem a água não tem como termos vida e vida digna. As outras demandas também são importantes, mas vamos tratar delas em outro momento, mas a água precisa chegar o quanto antes para o território Rio das Cobras, atendendo as 10 aldeias, atendendo as 7



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

escolas. É importante dizer que as escolas em território indígena são todas estaduais, desde a educação infantil, ensino fundamental e médio. Então, é responsabilidade do Estado. E aí há os pedidos, os protocolos, feitos pelas escolas dirigidos à Secretaria de Educação, à Fundepar, que também precisam ser atendidos; para além da água têm outras demandas também que precisam ser atendidas. Deputado Gugu Bueno, Líder aqui do Governo na Assembleia, lá, por exemplo, as crianças não têm uniforme e as diretoras disseram que no frio é coisa triste, porque os professores, os funcionários, vão vestidos, e as crianças... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Professor Lemos, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir. As crianças vão de pezinho no chão, de Havaiana, calçãozinho, camisetinha e passando frio. Então, por que o Estado não pode fazer um trabalho diferenciado, levando uniforme nessas escolas? É muito importante que passemos a pensar aqui também um tratamento especial às escolas que ficam em territórios indígenas no Estado do Paraná, a partir dessas demandas que foram apresentadas lá, no território Rio das Cobras, em Nova Laranjeiras. Fica aqui o registro e o pedido para que possamos, juntos, encontrarmos a solução.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PATRIOTA): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Adelino, pois não.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PATRIOTA): Só queria aproveitar a oportunidade, não vou usar a tribuna até pelo avançar da hora, mas gostaria de um voto de condoléncia para a família Massochin de Cascavel. Faleceu, no dia de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

ontem, dona Zeferina Mariuzzi Massochin, mãe do nosso amigo Expedido Massochin, um contabilista da minha cidade. É uma pena, uma senhora, uma pioneira da cidade de Cascavel. Deixo aqui nossas condolências a todos, à família Massochin. E aproveito a oportunidade também, Sr. Presidente, para parabenizar ao nosso grande Cascavel, ontem primeiro jogo do Cascavel, vencemos a Ponte Preta de Campinas, lá na cidade de Cascavel. Estamos já na outra fase da Copa do Brasil. Parabenizar ao Valdinei Silva, o presidente, com toda a diretoria e todo o clube do FC Cascavel, pela excelente vitória no dia de ontem na Copa do Brasil. Uma equipe que tem dado muito resultado, trabalhando sério, com muita dedicação, dá resultado e mostra que o esporte em Cascavel, somos o último campeão também do futsal nacional, e agora, também, classificado na segunda fase no futebol de campo, batendo a Ponte Preta ontem no Estádio Olímpico Regional.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Passamos ao horário da Liderança do Governo. Com a palavra, Deputado Gugu Bueno.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): Obrigado, Presidente Tercílio. Quero já passar o aparte para o nosso Deputado Marcio Pacheco.

Deputado Marcio Pacheco (PDT): Até para otimizar o tempo, Presidente, não me inscrevi nos horários anteriores. Quero agradecer ao Deputado Gugu Bueno por essa permissão. Quero apenas registrar a todos que estão nos acompanhando uma vitória com "V" maiúsculo. Hoje de manhã, na Comissão de Saúde, quando avançamos em mais uma Comissão, nessa, de mérito, uma Comissão tão importante e conseguimos aprovar o Projeto, o parecer de minha autoria e tive a honra de ser o relator também nessa Comissão, e aprovamos o parecer para que o Projeto que proíbe a exigência do passaporte sanitário no Estado do Paraná avance. Isso nos dá não só uma vitória importante em uma Comissão importante, que foi, inclusive, com o voto do Dr. Batista, que é um médico, então tem



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

credibilidade para saber o que está fazendo também, médico há 38 anos, Presidente da Comissão de Saúde já há 12 anos, então é um voto muito importante que dá muita sustentação para essa aprovação. Além disso, nos dá segurança de que independentemente dos resultados das demais Comissões para as quais o Projeto foi designado, Deputado Gugu Bueno, o Projeto necessariamente virá para deliberação no Plenário, onde então todos os Sr.^s Deputados poderão ter a oportunidade de se manifestar sobre esse Projeto. Estou muito feliz e agradeço a todos que votaram favoravelmente ao nosso parecer e vamos em frente. Obrigado, Deus abençoe a todos.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): Obrigado, Deputado Pacheco. Senhores Deputados, Deputadas, todos que estão no Plenário e acompanhando a Sessão remota. Uso este momento da Liderança do Governo para enaltecer a prestação de contas feita no dia de ontem pelo nosso Secretário Renê, sobre o último quadrimestre de 2021. Além, evidentemente, da explanação muito clara, muito objetiva, é evidente que ficam muito claros os bons números da economia e a boa gestão no Estado do Paraná. Superávit aí de quase 7, de mais de R\$ 7 bilhões. É evidente que temos que ver esse número com muito cuidado, com muita cautela, porque é turbinado pelo aumento da inflação, pelo aumento dos juros, e este ano esse cenário não deve se repetir, mas se a palavra correta para analisarmos a prestação de contas do Estado do Paraná feita ontem pelo Secretário Renê é “equilíbrio”. Com toda a certeza demonstra o claro equilíbrio da gestão pública, devido à responsabilidade e à austeridade do nosso Governador. O Estado do Paraná está em uma condição muito melhor de que muitos Entes da Federação, outros Estados na Federação. É preciso enaltecer esse bom momento, comemorarmos essa boa gestão à frente do Estado do Paraná. E esses números, esses bons números apresentados no dia de ontem, também são frutos de diversas ações. O Estado do Paraná não está parado. Podemos falar das grandes obras estruturantes que estão acontecendo neste momento por todo o Estado do Paraná, como a Estrada da Boiadeira, como a própria duplicação lá do nosso



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Contorno Oeste, na cidade de Cascavel, a pavimentação em concreto da PR-280, a segunda ponte Brasil-Paraguai, lá em Foz do Iguaçu. Enfim, tantas outras obras estruturantes que estão acontecendo nos quatro cantos do nosso Estado. Ano passado foi um ano de muito investimento na saúde. O Estado do Paraná ampliou e ampliou muito a sua estrutura para atender, principalmente, evidentemente, essa pandemia do coronavírus. Podemos falar do maior projeto habitacional que está acontecendo no Brasil, que está acontecendo aqui, no Paraná, 30 mil casas que estão sendo construídas pelo *Casa Fácil*, onde o Governo do Estado subsidia, paga, a entrada de R\$ 15 mil para as nossas famílias paranaenses. Podemos falar também do maior investimento da infraestrutura que a Copel está fazendo para que possa distribuir uma energia de mais qualidade à nossa população, por meio da rede trifásica. São 25 mil quilômetros sendo realizados, com um investimento de mais de R\$ 2 bilhões e desses 25 mil quilômetros já entregamos 6 mil quilômetros da rede trifásica. Podemos falar também dos nossos programas sociais: água, luz, comida para quem não pode pagar; do *Cartão Futuro*; nossos jovens sendo atendidos e incentivados pelo primeiro emprego – 35 mil jovens onde o Governo paga seu salário. Então são “n” ações, “n” ações que demonstram que o Paraná continua avançando, avançando muito nessa transformação, sem perder, sem perder o cuidado com a gestão pública, a responsabilidade com a gestão pública, porque qualquer Estado da Federação paga e pagaria muito caro se tivéssemos uma gestão irresponsável. E o que temos no Estado do Paraná é uma gestão de muita responsabilidade, fazendo os investimentos necessários, fazendo a nossa economia girar, a nossa economia rodar, sem, evidentemente, sem descuidar dos seus números, sem descuidar da sua gestão. Então, é importante fazer esse relato, esse panorama do Estado do Paraná, desse momento que fecha 2021, e é evidente que reforçamos a nossa boa expectativa para este ano de 2022. E quero aproveitar este horário, Presidente, agora no final do horário aqui da Liderança, para falar sobre um momento muito importante que tivemos na semana passada lá na cidade de Cascavel, na quinta-feira, que foi a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

inauguração do Colégio de Inovação Agrícola. Estávamos lá eu, o Deputado Pacheco, o Deputado Adelino. Um fato realmente importante, marcante e histórico para a cidade de Cascavel. Pasmem os senhores, mesmo Cascavel sendo a segunda cidade em VBP do Estado do Paraná, sendo uma das cidades mais importantes do agronegócio de todo o Brasil, até hoje não tínhamos um colégio agrícola na cidade de Cascavel. Isso é uma vergonha, isso era um *tapa na cara* da nossa cidade, da nossa região, pela importância que a nossa cidade tem e a Região Oeste do Paraná tem no agronegócio, não só do Paraná, mas do Brasil. Sendo sabedor disso, um compromisso que nosso Governador Ratinho Junior assumiu, com o nosso Prefeito Paranhos, com nosso trabalho, fizemos desde o início essa caminhada e para nossa alegria inauguramos na semana passada o Colégio de Inovação Agrícola na cidade de Cascavel, voltado não apenas para a questão do técnico agrícola, mas, principalmente, para a questão da inovação agrícola, porque sabemos que hoje o campo é muito tecnológico. Então, realmente, foi um momento marcante e histórico, estavam lá os nossos alunos, o nosso Diretor Baú, todos realmente muito felizes com esse momento e em um espaço que é fantástico. Estamos falando de um aviário de mil metros quadrados, estamos falando de laboratórios, estamos falando de refeitório, uma estrutura que os alunos poderão ficar em regime de internato, então, sem dúvida nenhuma, uma estrutura fantástica para um colégio que será modelo para o Paraná e para o Brasil, e que vai, com toda certeza, distribuir muito conhecimento, até porque sabemos que o nosso Estado do Paraná produz e produz muito, deve produzir cada vez mais e deve produzir cada vez mais com sustentabilidade. E o que é produzir com sustentabilidade? Produzir com sustentabilidade é produzir cada vez mais, usando menos recursos naturais. E para que isso aconteça, são necessários tecnologia e conhecimento. Por isso a importância e o protagonismo do nosso Colégio de Inovação Agrícola, que é, sem dúvida nenhuma, uma área fantástica – dez hectares serão destinados para o cultivo, sem dizer do aviário de mil metros



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

quadrados e toda a estrutura lá existente. Então, esses são os registros que faço aqui do horário da Liderança, meu Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Registraremos as presenças nesta Casa do Presidente da Câmara de Vereadores de Cambira, Sr. Cleber Torres, e dos Vereadores Kleber Martins e Paulo Santana Alves. Obrigado pelas presenças. Sejam sempre bem-vindos. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PATRI), Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Amaro (Republicanos), Alexandre Curi (PSB), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSB), Bazana (PV), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (PSC), Cobra Repórter (PSD) Coronel Lee (PSL), Cristina Silvestri (CDN), Delegado Fernando Martins (PSL), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (DEM), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Francisco Bührer (PSD), Galo (PODE), Gilberto Ribeiro (PP), Gilson de Souza (PSC), Goura (PDT), Gugu Bueno (PL), Guto Silva (PSD), Homero Marchese (PROS), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Luiz Fernando Guerra (PSL), Mabel Canto (PSC), Marcio Pacheco (PDT), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (PSD), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (MDB), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSC), Requião Filho (MDB), Ricardo Arruda (PSL), Rodrigo Estacho (PV), Soldado Adriano José (PV), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (CDN), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) (53)]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Parlamentares); Deputado ausente com justificativa: Paulo Litro (PSDB), conforme § 4º do art. 97 do Regimento Interno (1 Parlamentar).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 50/2022**, do Deputado Ademar Traiano, que institui o Dia do Padroeiro do Budismo, a ser realizado anualmente em 18 de abril; **Autuado sob o n.º 51/2022**, do Deputado Soldado Fruet, que insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Torneio de Pesca Internacional ao Tucunaré, que ocorre anualmente na semana de 12 de março, no município de Santa Terezinha de Itaipu; **Autuado sob o n.º 52/2022**, do Deputado Cobra Repórter, que concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade Protetora dos Animais de Reserva – SOS Animal, com sede no município de Reserva.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Senhoras Deputadas, Sr.^s Deputados, temos três Redações Finais. Vamos fazer votação simbólica.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 173/2021, de autoria do Deputado Requião Filho, que institui a Semana da Literatura Paranaense no âmbito de todas as escolas do Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 697/2021, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Mallet Esporte Clube, com sede no município de Mallet.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 740/2021, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus, de nome fantasia Humanitas de São Francisco na Providência de Deus, com sede no município de São Jerônimo da Serra.

Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini - CDN): Pois não, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, protocolizei há pouco um requerimento de pedido de informações ao Secretário Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Segurança Pública do Paraná sobre a apuração de práticas inconstitucionais e ilegais impostas pelos delegados de polícia pela Resolução n.º 1/2022, que institui a política de comunicação da polícia civil do Paraná. Está à disposição e queria comunicar para colher assinaturas de quem achar interessante participar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Ok, Deputado.

ITEM 4 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 578/2020, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que institui o Dia Estadual do Bombeiro Civil, a ser comemorado anualmente no dia 12 de janeiro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo Geral da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): O Governo encaminha voto “sim”, Sr. Presidente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando os votos dos Deputados Delegado Fernando Martins, Doutor Batista, Luiz Fernando Guerra e Plauto Miró. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Luiz Fernando Guerra, Paulo Litro, Plauto Miró e Tercílio Turini (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 578/2020.**

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 531/2021, de autoria do Deputado Ricardo Arruda, que concede o Título de Utilidade Pública à Igreja Evangélica Ágape. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): O Governo encaminha voto “sim”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Aguardando os votos dos Deputados Delegado Fernando Martins,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Delegado Jacovós, Doutor Batista e Plauto Miró. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Homero Marchese, Paulo Litro, Plauto Miró e Tercílio Turini (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 531/2021.

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 3/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de junho de 2021. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): O Governo encaminha voto “sim”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando os votos dos Deputados Arilson Chiorato, Delegado Fernando Martins, Doutor Batista, Romanelli, votou, Fernando Guerra, Plauto Miró, Requião Filho e Tadeu Veneri. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato,**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Homero Marchese, Michele Caputo, Paulo Litro, Plauto Miró, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Resolução n.º 3/2022.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Líder do Governo, Deputado Gugu Bueno, temos três requerimentos aqui: **Requerimento n.º 235/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Diretor-Presidente da Cohapar, acerca do atual cronograma da licitação para construção do “Condomínio de Idosos” em Ponta Grossa; **Requerimento n.º 236/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Diretor-Presidente da Sanepar, conforme específica; e **Requerimento n.º 240/2022**, do Deputado Goura, solicitando informações ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, conforme específica.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): O Governo pede para discutir os três requerimentos, Sr. Presidente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Então, dois da Deputada Mabel e um do Deputado Goura, adiados na forma regimental. **Adiados na forma regimental.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 224/2022, do Deputado Gugu Bueno, encaminhando voto de pesar à família pelo falecimento de Dirceu Mezzaroba; **Requerimentos n.ºs 225 e 226/2022**, do Deputado Professor Lemos, encaminhando voto de pesar às famílias pelo falecimento de: Neusa Peternela Alegra; e Júlio Cesar Rolim; **Requerimento n.º 227/2022**, do Deputado Cobra Repórter, encaminhando voto de pesar à família pelo falecimento de Neiva Puzzi Moser; **Requerimento n.º 228/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Dr. Marcelo Puzzi; **Requerimento n.º 229/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando envio de expediente ao Diretor Geral do DER/PR, requerendo a adoção de providencias que especifica na Estrada da Graciosa; **Requerimentos n.ºs 230 a 234, 238, 241, 242, 244, 246 a 250 e 252 a 256/2022**, do Deputado Plauto Miró, encaminhando voto de pesar às famílias pelo falecimento de: Francisco Prestes da Silva, Germano de Lima Machado, Olegario Luiz Borges, Tobias Ferreira Castro, Nelson Antonio Gomes, Salvador Gural, Abegail Aparecida Moreira Machado, Ana Luiza Antunes, Doraci Logoski da Silva, Everli Nogueira, Lucia Lourenço Mazo, Maria Thereza Gonçalves dos Santos, Marita Ribeiro da Fonseca, Alberto Verhagem, Alceu Meister, Irene Czerwonka Griebeler, Juracy Ferreira dos Santos, Leodoro Antunes de Souza, e Orides de Castro; **Requerimento n.º 251/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, requerendo informações referentes ao número de mulheres ocupantes de cargos em Conselhos de Administração em instituições nas quais o Estado detenha maioria do capital social com direito a voto ou poder de indicação; **Requerimento n.º**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

257/2022, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de expediente à AMP – Associação dos Municípios do Paraná e aos 399 Prefeitos Municipais do Estado do Paraná, requerendo iniciativas legislativas que garantam às pessoas portadoras de deficiência, que necessitam de sistema auxiliar de sustentação de oxigenação, portarem cilindros de oxigênio quando utilizarem transportes em taxis e veículos de aplicativos; **Requerimento n.º 258/2022**, do Deputado Paulo Litro, solicitando envio de expediente ao Diretor-Presidente da Sanepar, requerendo informações e providências referentes aos problemas no rodizio no abastecimento de Dois Vizinhos/PR; **Requerimento n.º 259/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho, requerendo informações sobre a possibilidade de criação de legislação que aborde Programa de Benefício de Gestação Múltipla; **Requerimento n.º 260/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, requerendo urgente recape asfáltico, pintura de faixas, promoção de roçagens e demais melhorias para a estrada do Sertãozinho, que vai do município de Bandeirantes até o Distrito Nossa Senhora da Candelária; **Requerimento n.º 261/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e envio de voto de menção honrosa ao Mestre do Fandango-Raiz Leonildo Fidélis Pereira; **Requerimento n.º 262/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando envio de expediente à Procuradora da Mulher da Assembleia Legislativa do Paraná, Deputada Cristina Silvestre, conforme específica; **Requerimento n.º 263/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, requerendo medidas urgentes com relação aos graves acidentes ocorridos e à falta de segurança para pedestres e ciclistas na Rodovia da Uva (PR-417), em Colombo; **Requerimento n.º 264/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, requerendo providências urgentes para evitar mais acidentes no Salto dos Macacos, atrativo dentro do Parque Estadual do Marumbi;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Requerimento n.º 265/2022, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Coordenador Estadual da Defesa Civil, Coronel QOBM Fernando Raimundo Schunig, alertando e requerendo manifestação da Defesa Civil acerca dos riscos de erosão na região do Parque Municipal Cinturão Verde, em Cianorte.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 239/2022**, do Deputado Guto Silva, solicitando autorização para se ausentar do País no período de 26 de fevereiro a 8 de março de 2022, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo; e **Requerimento n.º 243/2022**, dos Deputados Maria Victória e Tiago Amaral, requerendo a inclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 13/2022, da Deputada Maria Victória.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 237/2022**, do Deputado Tião Medeiros, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 8 de fevereiro de 2022; e **Requerimento n.º 245/2022**, do Deputado Paulo Litro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de fevereiro de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Gostaria, nesta oportunidade, de registrar a presença dos Vereadores de Ângulo, Levi Lucas e Ordilei. Obrigado pelas presenças.

Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para quarta-feira, dia 2 de março de 2022, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os}



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

578/2020 e 531/2021 e de Resolução n.º 3/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 345/2018 e 207/2021.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 11h38, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)